

Até onde transgredir é atitude política?

Relato sobre o Seminário Arte e Crime, realizado durante a segunda semana de março na Fundação Joaquim Nabuco, Recife. O encontro é uma iniciativa de artistas pernambucanos, como Lourival Cuquinha, que possuem uma atividade artística situada no limite entre a legalidade e o crime.

RAÍZA CAVALCANTI

Por vir de uma formação jornalística, nunca me sinto muito bem em escrever um texto em primeira pessoa. Sempre acho que as colocações escritas de maneira pessoal prejudicam o distanciamento na discussão e acabam correndo um sério risco de transformarem-se em um perigoso “achismo” sem fundamento algum. Porém, em se tratando do seminário Arte e Crime, que acontece no Recife de 10 a 15 de março, a transgressão de escrever um relato pessoal é válida e necessária para dar o tom do evento que tem como característica a informalidade e atitudes contestativas. Os assuntos abordados durante esse encontro abrangem (ou tentam abranger) questões como arte enquanto instrumento de desobediência civil, transgressão como ideologia, cópia e pirataria (quem se beneficia e se prejudica nesse processo) e a relação, sempre polêmica, entre artistas e instituições.

Até este momento, participei, apenas, de uma das mesas de discussão, a que tratava do tema Arte e Crime: Insubordinações nos Anos 60 e 70. Por coincidência, esse seminário aconteceu bem na época em que iniciei um processo de pesquisa à respeito das relações entre arte e política no contexto brasileiro do século XXI. E ninguém pode entender o presente sem, antes, conhecer a origem dele. O contexto dos anos 60 e 70, no Brasil, foi marcado por artistas que, inspirados pela arte conceitual e pelo dadaísmo, utilizavam a ironia, a paródia e o experimentalismo como forma de subverter os parâmetros artísticos, políticos e sociais daquele período, marcado por uma truculenta ditadura militar.

Na mesa, Paulo Bruscky, artista pernambucano dono de uma profícua obra e de um, maior ainda, arquivo pessoal sobre arte. Paulo, que foi integrante do grupo Fluxus (a maior rede interativa de artistas antes da internet), é a grande referência artística para muitos artistas contemporâneos. Na década de 60, chegou a ser preso pela ditadura e sua presença era mais do que imprescindível nessa discussão. Mas ele falou pouco. Apresentou trabalhos interessantes, que mostraram o que significava transgressão naquele momento. Transgredir era ser contra a ditadura e a favora da liberdade. Era, então, ser político, assumir uma posição, uma postura diante de uma realidade tal. Ser político, assim, era simular o enterro da censura (um dos trabalhos de Bruscky). Era tentar enviar um envelope enorme, provocando sérias suspeitas à respeito de seu conteúdo e obrigando os correios a reverem a lei que limita o tamanho das correspondências a serem enviadas. Transgredir e ser político era provocar, diretamente, o inimigo, ali configurado pelos militares que cerceavam a liberdade dos cidadãos em todas as instâncias.

Quem não conhecia o trabalho de Paulo Bruscky, nem o contexto em que ele se inseria, continuou sem desenvolver maior conhecimento sobre o assunto. Bruscky fez uma apresentação breve, de alguns poucos trabalhos, com comentários econômicos sobre cada um deles. Contou algumas histórias da época, já sabidas por aqueles que tiveram a oportunidade de conviver um pouco com ele e pronto. Fiquei com uma tremenda sensação de insatisfação, era pouco para mim. Então, depusitei minhas esperanças na apresentação de Cauê Alves, curador paulista convidado para compor a mesa com Bruscky. Cauê havia feito sua tese de mestrado sobre Hélio Oiticica, artista do Rio de Janeiro que também é referência na arte contemporânea.

Oiticica, Lygia Clark, Artur Barrio, Cildo Meireles - entre outros - são velhos conhecidos de quem se debruça sobre a arte brasileira dos 60 e 70. Assim como Paulo Bruscky e Daniel Santiago faziam em Recife, eles, no Rio de Janeiro, criavam obras artísticas que iam de encontro a todos os padrões sociais. Mais citado por Cauê, Oiticica pregava-se um artista marginal e utilizou, em alguns de seus trabalhos, referências ao samba e à favela que, naquela época, eram extremamente discriminados pelo centro da sociedade. Artur Barrio usou carne podre enrolada em troxas de pano, como forma de crítica ao regime militar. O artista jogava essas trouxas ensaguetadas em terrenos baldios, provocando uma grande tensão entre a população, que imaginava tratar-se de partes de um corpo, provavelmente de algum preso político ou bandido morto.

Cauê ainda ensaiou discutir as diferenças de noção entre o ser marginal dos anos 60 e 70, visto de maneira bastante romantizada (a exemplo do slogan criado por Oiticica Seja Marginal, Seja Herói) e o ser marginal da atualidade. Citou, para exemplificar essa diferenciação, um trabalho do artista de São Paulo, Marcelo Cidade, que, parodiando Oiticica, dizia Seja Marginal, Seja Marcola. O trabalho de Cidade, segundo Cauê, trazia outra noção do ser marginal. Marcola é um traficante paulista que, em meados de 2005, comandou, de dentro da prisão, uma ação articulada de tiroteios e incêndios a ônibus, postos policiais e carros, que parou a cidade de São Paulo. Marcelo afirmou ter escolhido Marcola como referência para o ser marginal do século XXI pela sua capacidade de mobilização. Para ele, o marginal de hoje não é o herói, mas o anti-herói que consegue parar uma metrópole como São Paulo, que se orgulha de ser a cidade que nunca dorme.

A discussão podia ter enveredado, daí, para a noção do que é o agir politicamente hoje. Por que Marcola é o marginal por exelência do nosso século? Só porque ele parou a cidade? Por que ele chamou a atenção de todo mundo e, mesmo agindo contra a lei, transformou-se em protagonista do espetáculo midiático? Mas o que é, exatamente, esse ser marginal hoje? E isso implica, de alguma maneira, agir politicamente num mundo que parece despolitizado? Em que medida Marcelo Cidade agiu politicamente, posicionou-se em relação ao contexto, ao citar Marcola como seu modelo ideal de marginal? Quando esperava, ansiosamente, a resposta para todas essas questões, alguém mudou o assunto, drasticamente, para cigarro, bar, cerveja e não se falou mais nisso. E Cauê também não conseguiu tirar a pulga que insistia em permanecer atrás da minha orelha.

Desobediência civil, transgressão, atos ilícitos, todas as essas questões entram no tema relações entre arte e política no século XXI? Acho que nem todas. Agir como o artista Lourival Cuquinha, que propôs dividir o valor do prêmio Marcantônio Vilaça com o júri se esses o escolhessem, é uma afronta ao sistema de seleção de trabalhos artísticos e à ética dos profissionais envolvidos. Provoca, indigna, choca, mas de maneira mais eficaz do que um protesto, explícito, contra curadores corruptos.

As noções de crítica, posicionamento e atitude política são complexas. Para serem eficazes, precisam funcionar inseridos no sistema, causando pequenas quebras dentro dele. Precisam provocar, instigar, fazer refletir a realidade, não apenas contestá-la aberta e diretamente. Talvez um ato explícito e óbvio de desobediência civil soe bobo, ineficaz, sem razão de ser e existir nos dias atuais. Espero que o seminário Arte e Crime contribua, positivamente, para a delimitação desse sentido de ação política pautada na transgressão sutil, inteligente, exata e não para reforçar clichês, atitudes anacrônicas de protesto e insubordinações levianas que alguns ainda insistem em cometer.

